



27 de Setembro de 2017

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

Valor^{ECONÔMICO}

GOVERNO REVOGA DECRETO QUE EXTINGUE A RENCA

O governo de Michel Temer recuou em sua proposta de liberar a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) para exploração mineral. Ontem à noite, uma nota à imprensa divulgada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) comunicava ter encaminhado ao Palácio do Planalto solicitação para que o governo examinasse a revogação da medida que extinguiu a reserva na Amazônia. A Casa Civil iria editar novo decreto a ser publicado hoje no "Diário Oficial da União".

O governo tem sofrido intenso desgaste com a repercussão negativa da decisão de liberar a reserva para atividade de exploração mineral. "O MME esclarece que as razões que levaram a propor a adoção do decreto com a extinção da reserva permanecem presentes", diz a nota. "O país necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região", continua.

Esse é o ponto levantado por ambientalistas. "Precisamos de uma política de Estado que olhe para a Amazônia de maneira mais séria, sobretudo nestas áreas", diz Jaime Gesisky, especialista em políticas públicas do WWF-Brasil. Sob sua coordenação, a ONG lançou um relatório antes da extinção da Renca, alertando sobre os impactos sociais e ambientais na região da reserva, que se sobrepõe a nove áreas protegidas, sendo duas indígenas.

"Por que não biotecnologia?", questiona o ambientalista, remetendo ao projeto do climatologista Carlos Nobre, que espera que se olhe para a região além de seus recursos naturais como água, terra e minerais. "O governo primariza a economia em vez de sofisticá-la, e nos joga na agenda do século passado. Precisamos de uma Amazônia com perspectiva de futuro. Vender minério sem valor agregado não vai nos levar a lugar algum", diz Gesisky.

A área com mais de quatro milhões de hectares está localizada na divisa dos Estados do Amapá e Pará. Dados do Ministério de Minas e Energia indicam que existem quase 30 pistas de pousos clandestinas e mais de mil pessoas praticando garimpo ilegal.

Os ambientalistas reagem dizendo que a área tinha apenas 1% de desmatamento. O diretor-executivo do WWF-Brasil, Maurício Voivodic, comemorou a decisão, mas lembra que não basta deixar a região entregue a si mesma. "É preciso garantir a integridade das áreas protegidas e criar alternativas econômicas capazes de incluir as populações locais em um processo de desenvolvimento baseado na floresta em pé", disse.

O Ministério do Meio Ambiente havia se posicionado contra a decisão de extinguir a área que, avalia-se, possui reservas minerais de ouro, ferro e cobre. A reserva foi criada em 1984, no regime militar. Uma nota técnica de junho do MMA dizia que a "área é composta por floresta densa e exuberante, com entorno bem preservado."

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, disse que o imbróglio envolvendo a reserva mineral na Amazônia foi um "desgaste desnecessário" para o governo.

No governo, a avaliação é que houve uma "incompreensão geral" sobre o tema e que é melhor evitar mais desgaste no momento em que Temer será julgado pela Câmara dos Deputados, atingido por uma segunda denúncia, por obstrução de justiça e organização criminosa, autorizada pelo ex-procurador-geral, Rodrigo Janot.

Fonte: Valor

Autores: Rafael Bitencourt e Daniela Chiaretti

Data: 26/09/2017



A RENCA E A ALIANÇA ESPÚRIA DA GLOBO, ONGs, CNBB, LEGULEIOS E BUROCRATAS AMBIENTAIS

A decisão do governo federal de extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), depois suspensa, levou o aparato ambientalista-indigenista a mobilizar todo o seu arsenal político e propagandístico, baseado na desinformação e exploração do emocionalismo junto à opinião pública, na capacidade de mobilização dos seus representantes na tecnocracia governamental e em entidades politicamente relevantes e na influência sobre setores do Judiciário propensos a abraçar acriticamente causas de grande apelo popular.

A Renca, criada em 1984, é uma área de 47 mil quilômetros quadrados, situada entre o Amapá e o Pará, com o propósito original de bloquear a exploração mineral da área por empresas estrangeiras, reservando-a para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM – atual Serviço Geológico do Brasil) ou a empresas a ela associadas. Com o Decreto 9.142/17, sancionado em 22 de agosto, a parte da área ainda não coberta por unidades de conservação e terras indígenas (que ocupam cerca de 70% dela) poderá ser aberta à exploração mineral por empresas privadas. Apesar da existência de garimpos clandestinos de ouro, a área nunca foi objeto de pesquisas geológicas aprofundadas, mas apresenta potencial para ferro, manganês, tântalo e outros elementos.

As repercussões da campanha levaram o governo a suspender o decreto e emitir outro (9.147/17), com a justificativa de “melhor explicar o que é a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados – Renca”.

Na prática, a principal alteração foi explicitar que a liberação da exploração mineral na área não seria permitida nas unidades de conservação e terras indígenas existentes. Como especifica o artigo 3º:

“Nas áreas da extinta Renca onde haja sobreposição parcial com unidades de conservação da natureza ou com terras indígenas demarcadas fica proibido, exceto se previsto no plano de manejo, o deferimento de: I – autorização de pesquisa mineral; II – concessão de lavra; III – permissão de lavra garimpeira; IV – licenciamento; e V – qualquer outro tipo de direito de exploração mineral.”

Nada disso importou para o aparato intervencionista, que promoveu uma ruidosa manifestação na Câmara dos Deputados, em Brasília, na quarta-feira 30 de agosto, mobilizando a fauna tradicional de tais eventos: representantes de ONGs, artistas, indígenas e parlamentares de partidos comprometidos com tais causas. A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, esteve presente, assim como representantes do WWF-Brasil, Greenpeace, Instituto Socioambiental (ISA), Avaaz e SOS Mata Atlântica.

Na ocasião, a Avaaz entregou ao deputado federal Alessandro Molon (Rede-RJ), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, uma petição online da Avaaz com mais de 700 mil assinaturas contra a extinção da Renca (WWF, 30/08/2017).

Como parte da mobilização, entraram em cena os leguleios do aparato. Em Brasília, o juiz substituto da 21ª Vara do Tribunal Regional Federal do Distrito Federal (TRF1), Rolando Valcir Spanholo, suspendeu liminarmente os efeitos do decreto de extinção da Renca, em atendimento a uma ação popular impetrada por um residente da capital (Agência Brasil, 30/08/2017).

A ala “verde-indígena” do Ministério Público Federal (MPF) também não perdeu tempo, tendo a seção do Amapá pedido à Justiça Federal a suspensão dos efeitos do decreto (WWF, 30/08/2017).

Igualmente rápida foi a ala “eclesiástica” do aparato, que se manifestou por intermédio da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) e a Comissão Episcopal para a Amazônia, vinculadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na terça-feira 29, as entidades divulgaram uma nota de repúdio ao decreto, assinada por Dom Cláudio Hummes, presidente da REPAM, e Dom Erwin Kräutler, presidente da REPAM-Brasil e veterano dirigente do movimento indigenista que opera no País.

Em tom dramático, o documento expõe toda a delirante ideologia que orienta as ações do aparato ambientalista-indigenista: (...) Riscos ambientais e sociais incalculáveis ameaçam o “pulmão do Planeta repleto de biodiversidade” que é a Amazônia, como nos lembra Papa Francisco na carta encíclica *Laudato Si*, alertando que “há propostas de internacionalização da Amazônia que só servem aos interesses econômicos das corporações internacionais” (LS 38). A política não deve submeter-se à economia e aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia, pois a prioridade deverá ser sempre a vida, a dignidade da pessoa e o cuidado com a Casa Comum, a Mãe Terra. (...)

Como seria previsível, as Organizações Globo colocaram o peso da sua máquina midiática ao serviço da investida. Na edição de 30 de agosto, o jornal *O Globo* dedicou três páginas ao assunto, com chamada destacada na primeira página, reproduzindo vários trechos de um parecer do Ministério do Meio Ambiente (MMA),

emitido em junho, contrário à extinção da reserva mineral. A larga reportagem é complementada por declarações de representantes de ONGs como o WWF-Brasil, ISA e Imazon, mas não incluiu um único representante do setor mineral ou de empresas de consultoria especializadas, capaz de proporcionar aos leitores uma visão minimamente equilibrada da questão.

De resto, nenhuma surpresa, dado o envolvimento umbilical dos irmãos Marinho com o WWF-Brasil, do qual José Roberto e Rogério Marinho são membros fundadores.

Os trechos do relatório do MMA citados na reportagem escancaram a má vontade dos tecnocratas do órgão, explicitando a mentalidade antidesenvolvimentista dos fiéis da seita ambientalista-indigenista. Vejamos alguns deles, como reproduzidos no jornal:

“O parecer do Ministério do Meio Ambiente afirma que é preciso manter a área da Renca proibida para a mineração “frente ao cenário de aumento do desmatamento na região como um todo e à possibilidade de abrir uma nova frente de conversão em áreas que ainda não foram afetadas de forma significativa”.

Os técnicos do ministério reconhecem que já se observa atividade de mineração na Renca, mas que isso não justifica extinguir a área: “Todavia, a existência de garimpeiros pequenos e locais não deve servir de argumento para justificar alterações no decreto que acarretam perdas ambientais. Ainda que estejamos convictos da conciliação entre produção/extração e proteção ambiental, ressaltamos que essa expansão não deve se dar sobre Terras Indígenas e Unidades de Conservação (exceto quando previsto no Plano de Manejo da unidade), haja vista a importância dessas áreas de floresta para a manutenção da biodiversidade e a garantia das metas brasileiras de redução do desmatamento”, diz.

O texto faz um alerta ainda para o risco de aumento da violência na região: “Além disso, a experiência recente mostra que interesses econômicos agressivos aliados à gravíssima situação fundiária da Amazônia Legal, sob a alegação de promover o desenvolvimento regional, vem motivando o aumento da violência no interior do país. Em parte, isso se deve aos modelos de crescimento econômico que não privilegiam o desenvolvimento endógeno, tampouco respeitam a autodeterminação local, e em parte devido aos conflitos pela terra gerados durante os programas de negociação e de reassentamento promovidos pelos empreendimentos”, diz o texto.”

Como se percebe, os tecnocratas do MMA admitem a responsabilidade da desordem fundiária na Amazônia Legal como causa parcial dos problemas e conflitos ocorridos na região, mas sugerem que, em vez de enfrentá-los (o que se pretende, em boa medida, com a Lei 13.465/17 – ver Alerta Científico e Ambiental, 20/07/2017), se deixe de lado quaisquer iniciativas que não privilegiem o “desenvolvimento endógeno”, codinome para atividades extrativistas e outras favoritas dos puristas do aparato.

Adiante, a reportagem observa:

“A nota técnica do Ministério do Meio Ambiente, contrária à extinção da Renca, considera que a liberação para a mineração na área tem potencial de atrair novos moradores à região rapidamente. Na avaliação dos técnicos ambientais, esse boom na migração é um dos principais fatores que podem levar ao aumento do desmatamento na área.

Junto com a migração, motivada principalmente pela necessidade de mão de obra, cresce a demanda por serviços auxiliares, o que pode levar a necessidade de

abertura de novas áreas, que fogem da alçada dos estudos de impacto ambiental. Apesar de parecer um horizonte indutor da economia local, o horizonte temporal desses benefícios é relativamente curto, tanto é que na etapa de licenciamento são exigidos os planos de fechamento e a elaboração de programas de diversificação da economia municipal ou regional, diz o texto.

O documento lembra que o Brasil conseguiu reduzir em 60% o desmatamento na Amazônia Legal em relação a 2005. Os resultados representam um potencial de captação de recursos internacionais, desde que seja possível assegurar a permanência desses resultados, apontam os técnicos. Eles afirmam que as unidades de conservação e as terras indígenas são barreiras importantes contra o avanço do desmatamento [grifos nossos]. ”

Aí estão claramente explicitados três dogmas da ideologia antidesenvolvimentista, em sua variante praticada no Brasil: 1) oposição ao povoamento e ao desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica, que, na sua ótica distorcida, deve permanecer intocável e pristina; 2) a transferência à iniciativa privada de atribuições inerentes aos poderes públicos, como a “elaboração de programas de diversificação da economia municipal ou regional”; e 3) a utilização da política ambiental como instrumento de “captação de recursos internacionais”.

Diante das pressões, o governo preferiu capitular e suspender os efeitos do novo decreto por tempo indeterminado, em mais uma vitória para o aparato ambientalista-indigenista.

Seria oportuno que alguma alma caridosa explicasse aos valorosos militantes do exército dos defensores da floresta que uma sociedade urbanizada e industrializada não pode dispensar recursos minerais como matérias-primas fundamentais para o bem-estar da cidadania. Inclusive, de ambientalistas que, em sua maioria, não costumam sair para muito longe dos seus escritórios refrigerados e das comodidades oferecidas pelas tecnologias modernas.

Fonte: MSIA – Movimento de Solidariedade Ibero-Americana

Data: 15/09/2017



A MINERAÇÃO QUE NINGUÉM VÊ

De todas as formas, os agentes do setor mineral brasileiro têm falhado sistematicamente na demonstração da importância, necessidade e imprescindibilidade da mineração no dia a dia de qualquer cidadão e, por extensão inerente, da sociedade que ele integra neste país.

Fato é que ninguém vê a mineração no Brasil. Se não vê é porque não sabe o que é. Se desconhece é fácil criticar. E, como é de costume, as críticas crescem de tom, ainda que infundadas. É o que acontece com a polemizada extinção da RENCA. O governo federal, quem sabe até confiando nesse desconhecimento generalizado sobre a mineração, faltou com a explicação do que é uma reserva mineral, ainda que incrustada em áreas de proteção ambiental, posteriormente criadas, nunca será demais lembrar. O debate em torno do tema caiu no acirramento das redes sociais, como

também é de costume nos últimos tempos, rememorando as cenas dantescas de Serra Pelada.

Nada mais impróprio, diz Breno Augusto dos Santos, ele sim com a propriedade de quem esteve no antigo garimpo, e antes disso, liderou a equipe que descobriu os depósitos de minério de ferro de Carajás – hoje responsável pela maior parte do PIB mineral do país: “A possibilidade (de que a RENCA venha a ser uma nova Serra Pelada) é bastante remota. Na Província Mineral de Carajás houve diversas fases de intensa atividade hidrotermal, resultando em depósitos de cobre e ouro, como em Serra Pelada. Não há evidências de que isso tenha ocorrido nas áreas da RENCA para gerar os fantásticos aglomerados hidrotermais de ouro, denominados “pepitas” pelos garimpeiros, que provocaram a corrida por ouro de Serra Pelada. Os garimpos que lá existiram são aluvionares, como em quase todas as áreas pré-cambrianas da Amazônia. É bom que se registre que a existência da Renca não impediu a atividade garimpeira. O que impede a atividade garimpeira é a fiscalização”. Pois é...

Fonte: In The Mine

Autora: Tébis Oliveira

Data: Edição Nº 68, Setembro 2017



PROPOSTAS PARLAMENTARES AMEAÇAM CRIAR OBSTÁCULOS AO SETOR

Mudanças no setor de mineração propostas por parlamentares e que estão em estudo no Congresso ameaçam criar obstáculos ao setor e reduzir a competitividade das empresas. Essa é a avaliação das mineradoras e do próprio Ministério das Minas e Energia.

Em julho, o ministério encaminhou ao Congresso três medidas provisórias que tratam de mudanças no setor. Os textos receberam 492 emendas de parlamentares. A maioria delas, contrárias aos interesses do setor, segundo um estudo feito pelas áreas jurídicas de mineradoras, escritórios de advocacia e entidades setoriais.

De todas as emendas enviadas ao Congresso, 288 (58%) delas são consideradas negativas pelas empresas; 116 (24%), convergentes com os interesses do setor; e 18% de efeito neutro.

Uma das medidas provisórias, a 789, trata da elevação de alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) paga pelas empresas; outra, a 790, trata de mudanças no código de mineração; e a última, a 791, da criação de uma agência regulatória do setor.

A medida provisória que mais recebeu emendas foi a que propõe alterações no código. Foram 250 emendas, das quais as empresas consideraram 155 negativas a seus interesses.

Solange Costa, do departamento jurídico da Vale, disse ao Valor que os autores da maioria das emendas "pesaram muito na mão" nas questões financeiras, de sanções, ambientais e que aumentam a burocracia para o setor. Solange participou do grupo de análise das emendas.

Para o advogado Fernando Scaff, especialista na área mineral e crítico de vários pontos das MPs elaboradas pelo governo - sobretudo a que aumenta a cobrança da Cfem -, as emendas podem tornar os textos ainda mais negativos para o setor. "No Congresso pode piorar", disse ele. "A chance de piorar é real."

Solange e Scaff participaram de um debate sobre as MPs ocorrido ontem no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte.

O secretário de Geologia do Ministério das Minas e Energia, Vicente Lôbo, que também esteve no evento, afirmou que há várias emendas que são "paralisantes" da mineração brasileira.

Veterano do setor e um dos diretores do Ibram, entidade que reúne as mineradoras, Marcelo Tunes disse que o setor apresentou, por meio de parlamentares, cerca de 30 emendas às MPs.

O Congresso tem até 28 de novembro para aprovar as medidas provisórias. Se não o fizer, elas caducam e perdem a validade. Lôbo considera que isso seria um "retrocesso" para o setor. Para Solange Costa, da Vale, há o risco de as medidas não serem votadas a tempo em função da pauta congestionada e do Congresso e de outras prioridades do governo.

Fonte: Valor

Autor: Marcos de Moura e Souza

Data: 21/09/2017



BRASIL TERÁ LABORATÓRIO-FÁBRICA EM 2018

No segundo semestre de 2018, o Brasil deverá inaugurar o primeiro laboratório-fábrica de ligas de terras raras, anunciou Marco Antônio Soares Castello Branco, presidente da Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), em painel sobre o tema, realizado durante o 17º Congresso Brasileiro de Mineração, na cidade de Belo Horizonte (MG). Em 2016, a Codemig contratou a Fundação CERTI para o desenvolvimento do empreendimento, iniciativa em parceria com a CBMM, UFSC e IPT, para apoiar a estruturação de um ambiente empresarial capaz de fomentar a competência tecnológica e produtiva de diversos componentes a partir de óxido de terras raras nacionais.

Além de incentivar pesquisas acadêmicas, o laboratório-fábrica também irá formar mão de obra especializada para a produção de ímãs de alta qualidade em pequenas séries. O laboratório-fábrica será construído em Lagoa Santa (MG), numa área de 4.900 m². A capacidade máxima prevista é de 93 t/dia. Para tanto, serão investidos R\$ 175 milhões, sendo que a construção física está orçada em R\$ 35 milhões e outros R\$ 30 milhões serão aplicados na compra de equipamentos.

Castello Branco salientou que o foco serão ímãs de conformação ideal, "que se adaptem à máquina onde irão trabalhar". A maior aplicação deverá acontecer em refrigeração magnética, mercado que pode dar sustentação econômica ao desenvolvimento brasileiro de ímãs de alta potência. Muito embora os ativos sejam da Codemig, a operação do laboratório-fábrica ficará a cargo de um parceiro privado, "de

forma a eliminar as dificuldades típicas das empresas estatais”, reforçou o presidente da Codemig.

O Painel contou com a moderação de José Luiz Amarante Araújo, diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria de Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia. Também foram palestrantes a Professora Gisele Azimi, da Universidade de Toronto, e Clóvis Souza, diretor da CBMM.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 21/09/2017



DECRETO QUE REVOGA A EXTINÇÃO DA RENCA É PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

O Decreto nº 9.159, que revoga outro decreto, o de número 9.147, de 28 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), está publicada no [Diário Oficial da União](#) desta terça-feira (26). Ele foi assinado ontem (25) pelo presidente Michel Temer. A decisão de extinguir a Renca foi questionada por ambientalistas, artistas e repercutiu na mídia internacional.

No início deste mês, o governo já havia determinado a suspensão da medida. Para o Planalto, houve falta de clareza sobre os efeitos da extinção. No entanto, o tema continuará na pauta do governo. O próximo passo será a realização de uma consulta pública, ainda sem data prevista.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia (MME) disse que as razões que levaram a pasta a pedir a extinção da reserva continuam presentes e defende mais debate sobre o tema. “O país necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região”, diz o texto divulgado após o anúncio da revogação do decreto pelo Palácio do Planalto.

“O MME reafirma o seu compromisso e de todo o governo com a preservação do meio ambiente, com as salvaguardas previstas na legislação de proteção e preservação ambiental, e que o debate em torno do assunto deve ser retomado em outra oportunidade, mais à frente, e deve ser ampliado para um número maior de pessoas, da forma mais democrática possível.”

A Renca

A área de proteção foi criada em 1984 pelo governo de João Figueiredo, último presidente do período militar. Na ocasião, foi definida a proteção da área de 47 mil quilômetros quadrados (km²), incrustada em uma região entre os estados do Pará e do Amapá.

Desde então, a pesquisa mineral e atividade econômica na região passaram a ser de responsabilidade da Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CPRM – Serviço Geológico Brasileiro) ou de empresas autorizadas pela companhia. Além do cobre, estudos geológicos indicam a ocorrência de ouro, manganês, ferro e outros minérios na área.

Dois dias após o decreto que extinguiu a Renca, o Palácio do Planalto divulgou nota afirmando que o objetivo era "coibir a exploração ilegal" e recolocar o Estado como administrador de jazidas minerais da Renca, que atualmente sofre com a existência de garimpos clandestinos de ouro.

Fonte: EBC Agência Brasil

Autor: Marcelo Brandão e Graça Adjuto

Data: 26/09/2017



MUDANÇA EM REGRAS PARA PESQUISA EM MINERAÇÃO SERÁ TEMA DE DUAS AUDIÊNCIAS

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP) 790/2017 fará duas audiências públicas na última semana de setembro. A medida editada pelo presidente da República, Michel Temer, altera regras para pesquisa no setor de mineração.

Na terça-feira (26), às 16h, deputados e senadores ouvirão representantes do Ministério de Minas e Energia, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), além do representante da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, Adriano Drummond Cançado Trindade.

Na quarta-feira (27), também às 16h, é a vez de a sociedade civil organizada ser ouvida. Está prevista a presença de integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da WWF Brasil, do Greenpeace, da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam) e de outras entidades.

Mais prazo

A MP 790 modifica 23 pontos do Código de Mineração (Decreto-lei 227/67). Uma das alterações é a ampliação do prazo para a realização de pesquisa mineral, que será de dois a quatro anos. Hoje é de um a três anos.

A medida provisória também estabelece expressamente a responsabilidade do minerador de recuperar as áreas ambientalmente degradadas, bem como eleva o valor das multas aplicadas para quem desrespeitar as normas do Código de Mineração, que vai variar de R\$ 2 mil a R\$ 30 milhões. Hoje, o limite é de R\$ 2,5 milhões.

A MP foi enviada ao Legislativo juntamente com outras medidas provisórias alterando regras do setor de mineração: 789 e 791.

Fonte: Senado Notícias

Data: 22/09/2017



A DIGITALIZAÇÃO ESTÁ CHEGANDO À INDÚSTRIA MINERAL

As inovações digitais podem fazer a grande diferença na indústria de mineração e representam oportunidades de negócio da ordem de US\$ 370 bilhões ao longo da cadeia produtiva, segundo Reinaldo Fiorini, sócio Sênior e Líder Global de Energia e Materiais na América Latina da McKinsey, em apresentação no painel “A digitalização Iminente e Internet das Coisas na Mineração”, durante o 17o. Congresso Brasileiro de Mineração. Isto exigirá mudanças no modelo operacional das empresas, mas é a única maneira de reverter a queda de produtividade que a indústria mineral vem enfrentando, que já atingiu -30% nos últimos 10 anos, e conseguir redução de custos.

De acordo com Constantino Seixas, Diretor da Accenture para a América Latina, uma pesquisa realizada entre as principais empresas do setor, em nível global, indicou que 46% delas consideram que a digitalização é fundamental e que 82% estão dispostas a realizar investimentos em tecnologia digital, sendo que a maior parte (54%) é direcionada para as operações de minas. Todas as grandes mineradoras estão adotando centros de controle operacional a fim de controlar remotamente a maior parte de suas operações. Existem empresas que já estão com sua frota de mina totalmente automatizada e outras estão em processo de implantação.

Isto está trazendo uma série de benefícios: 47% das empresas obtiveram melhoria na performance dos equipamentos e 42% reduziram custos, principalmente operacionais. Há casos em que os custos foram reduzidos entre 30 e 40%. E 31% das companhias mineradoras estão muito satisfeitas com os investimentos em digitalização.

As inovações digitais podem fazer a grande diferença na indústria de mineração e representam oportunidades de negócio da ordem de US\$ 370 bilhões ao longo da cadeia produtiva, segundo Reinaldo Fiorini, sócio Sênior e Líder Global de Energia e Materiais na América Latina da McKinsey, em apresentação no painel “A digitalização Iminente e Internet das Coisas na Mineração”, durante o 17o. Congresso Brasileiro de Mineração. Isto exigirá mudanças no modelo operacional das empresas, mas é a única maneira de reverter a queda de produtividade que a indústria mineral vem enfrentando, que já atingiu -30% nos últimos 10 anos, e conseguir redução de custos.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 20/09/2017

Valor ECONÔMICO

MARCO DE DISPUTAS

O novo marco regulatório do setor mineral, estabelecido pelas Medidas Provisórias (MPs) 789, 790 e 791 em discussão no Congresso, deverá reduzir a atração de investimentos para o Brasil ao longo dos próximos anos, por incorporar aumento de custos - caso das novas alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral

(Cfem), que em alguns casos, como no minério de ferro, irão dobrar. Esse foi o principal tema de debate entre os especialistas reunidos na semana passada, em Belo Horizonte, no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, promovido pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

"Se já estava difícil atrair investimentos, o cenário ficou ainda mais nublado. Das cinco grandes mineradoras do mundo, apenas duas estão aqui, apesar de contarem com financiamento fácil", destacou o diretor-executivo da Vale, Clovis Torres Junior, também presidente do Conselho do Ibram. A estimativa do instituto é de que no período de 2017 a 2021 o Brasil receba US\$ 18 bilhões em investimentos em capacidade e modernização do parque produtivo. É o volume mais baixo da década. De 2012 a 2016, os investimentos somaram US\$ 75 bilhões.

No ano passado, a produção mineral brasileira totalizou US\$ 24 bilhões e a previsão para 2017 é chegar a US\$ 25 bilhões, sendo 54,82% provenientes do minério de ferro. O cenário global é de acirramento na disputa por participação na principal commodity mineral do país. Até o fim da década, novos projetos vão acrescentar 140 milhões de toneladas de minério por ano no mundo, pressionando ainda mais um mercado já em sobreoferta.

Ed Rawle, economista chefe da consultoria Wood Mackenzie, avalia que a demanda global terá capacidade para absorver 60 milhões de toneladas anuais. Assim, 80 milhões de toneladas serão retiradas do mercado, representando o encerramento da produção de mineradoras pouco competitivas internacionalmente.

A nova Cfem pode reduzir a competitividade do minério de ferro brasileiro na avaliação do setor. As mineradoras trabalharão com uma taxa que irá variar de 2% a 4%, de acordo com o preço da commodity no mercado internacional, o que irá gerar imprevisibilidade de custos e, nos momentos de pico do preço, dobrar o valor do royalty atual, impedindo a recuperação de margens de lucro. "Em vez de estimular a produção, como fazem nossos concorrentes, o governo aumenta custos e coloca em risco a competitividade das mineradoras brasileiras", diz Walter Alvarenga, presidente-executivo do Ibram.

O Brasil conta com minério de boa qualidade, com teor de ferro na casa de 62%, porém enfrenta dificuldades competitivas frente a seus principais rivais, como a Austrália. Enquanto o Brasil está a quase 50 dias de navio do principal mercado do metal, a China, destino de mais de 50% da produção global, a Austrália está a dez dias. O frete marítimo brasileiro rumo à China supera US\$ 15 por tonelada, enquanto o australiano sai pela metade desse valor. A desvantagem logística se soma a outras. "A indústria nacional ainda opera com 14% de taxa acima da apurada na Austrália", afirma Torres Junior.

A proposta do governo de elevar os royalties para a mineração irá atingir principalmente as empresas cujas minas estão mais distantes do centro de embarque em um momento em que a indústria começa a explorar novas fronteiras na região Norte. "Todas as mineradoras têm uma etapa de transporte, seja por mineroduto, por ferrovia, por rodovia, por barcaças. Antes esse custo era abatido, hoje será acrescido. A Vale, que transporta o minério do Pará, ao porto em Maranhão, quase mil quilômetros, agora terá esse custo", afirma o advogado Fernando Scaff, do Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff Advogados.

Segundo Scaff, na semana passada, deputados defenderam alíquotas de 5%. A estratégia do governo será ouvir os relatores e membros da Comissão Mista para

avaliar suas opiniões e depois dialogar com o setor privado. As três MPs precisam ser votadas até o fim de novembro.

O presidente da Alcoa Brasil, Otavio Carvalheira, disse que a taxaço surpreendeu a empresa e é um custo que não estava previsto em seu orçamento fiscal. "Tivemos de avisar à matriz e agora iniciamos o processo de estudar alternativas para compensar esse aumento, que traz dificuldades", destacou o executivo, que não quis revelar quais medidas são estudadas.

A Alcoa mantém no Brasil as atividades de mineração em Juruti, no Pará, onde estima retirar 6,5 milhões de toneladas de bauxita em 2017. Do total, 5,2 milhões de toneladas serão destinados à refinaria de alumina da companhia em São Luís e 1,3 milhão exportado. A empresa iniciou estudos de concepção para aumento da capacidade instalada em Juruti, com o objetivo de chegar a 7,5 milhões de toneladas. A decisão sobre o valor a ser investido no projeto deve ser tomada até o fim do primeiro semestre de 2018.

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo, afirma que as medidas provisórias e o novo marco regulatório modernizam o setor e criam um novo paradigma para a indústria. "A questão tributária está aí e dá para as empresas trabalharem. O contexto do país tem de ser levado em conta", diz Lôbo.

"O contexto é de União, Estados e municípios falidos, com uma pressão grande da área econômica de arrecadar", diz Eduardo Jorge Ledsham, presidente do Serviço Geológico do Brasil, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Tito Martins, presidente da Votorantim Metais, afirma que o excesso de regulamentação faz o Brasil perder investimentos até para países que não oferecem infraestrutura adequada, como a Guiné. "O Brasil tem vocação mineral, mas não trata a mineração como uma atividade importante para seu desenvolvimento. O investidor busca alternativa em países mais receptivos", disse.

Outro obstáculo é o licenciamento ambiental. Teme-se que o acidente com a barragem da Samarco em Mariana (MG) possa tornar o processo ainda mais lento. "A Vale ficou dez anos sem abrir uma mina por falta de licenciamento de projetos, o que fez a Austrália passar à frente na produção de minério de ferro", diz Torres Junior. Na Austrália, o licenciamento pode ocorrer antes de dois anos.

Fonte: Valor

Autores: Domingos Zapparoli e Roberto Rockmann

Data: 26/09/2017



VOTORATIM METAIS PEDE REGISTRO PARA IPO EM NOVA YORK E TORONTO

A empresa de mineração Votorantim Metais pediu nesta quinta-feira registro para uma oferta inicial de ações em Nova York e Toronto, para explorar uma ampla base de investidores apostando na recuperação dos preços de zinco, cobre, chumbo e prata.

A holding Votorantim, maior grupo industrial diversificado do Brasil, venderá uma fatia da holding Votorantim Metais, segundo documento ao órgão regulador do mercado dos EUA. A empresa será chamada Nexa Resources e terá sede em Luxemburgo.

Fonte: Reuters

Autores: Tatiana Bautzer e John Tilak

Data: 21/09/2017



INVESTIMENTO PODE CAIR 57% EM CINCO ANOS

A equipe técnica do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram) está debruçada sobre as 492 propostas de emendas parlamentares referentes às Medidas Provisórias (MPs) 789, 790 e 791, que tramitam no Congresso e tratam de nova regulação setorial, aumento dos royalties e criação de uma agência reguladora que irá fiscalizar e coordenar o segmento.

Cerca de 280 emendas apresentam alguma divergência com as propostas da entidade, que preferia que o tema fosse tratado por projeto de lei, o que permitiria maior tempo de discussão sobre as ideias para o novo marco regulatório, que substitui legislação de 1967.

A expectativa é de que as MPs possam ser votadas até o fim de novembro. A nova taxa, como está estipulada, poderá reduzir ainda mais a competitividade da indústria nacional em um momento em que os investimentos já estão em declínio e o país perde terreno diante de rivais.

Estudo do Ibram aponta que entre 2012 e 2017 os investimentos em mineração devem ter atingido US\$ 75 bilhões. Mas os altos custos e a incerteza regulatória poderão fazer com que o valor a ser investido nos próximos cinco anos, de 2017 a 2022, caia para US\$ 18 bilhões (- 57%), destaca o presidente do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram), Walter Alvarenga. O setor também teme que a nova agência reguladora a ser criada possa estar sujeita a cortes do Orçamento Geral da União, o que tem ocorrido com outros órgãos. Leia a entrevista com Alvarenga:

Valor: A nova taxa do setor de mineração, estabelecida por medidas provisórias ainda em trâmite no Congresso, poderá afetar investimentos que já estavam previstos?

Walter Alvarenga: Pela MP 789, as alíquotas da Cfem, que é o royalty cobrado das empresas que atuam no setor, terão variação entre 0,2% e 4%. O minério de ferro terá alíquota entre 2% e 4%, dependendo do preço na cotação internacional, podendo chegar ao dobro do percentual atual. A Cfem ainda incidirá na receita bruta, ao contrário de hoje, em que incide sobre a receita líquida. O aumento de royalties pode piorar nossos números e ter impacto sobre novos projetos em um momento em que os investimentos estão em declínio. Nossa expectativa era de um investimento global de US\$ 75 bilhões para o período 2012-2017; este ano, nosso estudo mostra que o valor a ser investido em cinco anos, entre 2017-2022, caiu para US\$ 18 bilhões. O valor da produção mineral, que em 2011 chegou a US\$ 53 bilhões, deve cair para US\$ 25 bilhões neste ano. A nova taxa eleva o custo Brasil em um momento em que a indústria tem

perdido investimentos e os países rivais como Chile, Peru, Argentina e Equador têm se tornado mais atraentes. Não podemos esquecer que estamos a 50 dias, de navio, do principal consumidor, a China, enquanto a Austrália está a dez dias e tem custo logístico baixo.

Valor: Quando as MPs devem ser votadas? Como está a negociação das medidas?

Alvarenga: Elas têm vigência até 29 de setembro, prorrogáveis por mais 60 dias e têm de ser discutidas em comissões mistas. Pelo regimento da tramitação das MPs no Congresso, a votação poderia ficar para o fim de novembro. Nesse momento, nossa equipe técnica está debruçada sobre as 492 emendas que foram recebidas nas três medidas provisórias. Cerca de 280 emendas contêm alguma divergência com nossas propostas.

Valor: A MP 791 trata da constituição de uma agência reguladora, nos moldes existentes em outros setores, como petróleo, energia e transportes. A criação de uma agência reguladora é um avanço para o setor?

Alvarenga: Em tese, as agências reguladoras são bons órgãos de governança e trabalham com menos burocracia, sendo mais ágeis nas decisões. Concordamos que elas existem desde que contem com recursos humanos, técnicos, materiais. Sem recursos, pode haver vários problemas e uma lentidão maior que a existente. É prevista a criação de uma taxa de fiscalização anual cobrada por projeto, cujo objetivo seria financiar a agência. Mas há temor de que esses recursos possam sofrer contingenciamento em um momento em que a União sofre com a desaceleração econômica, que reduz a arrecadação.

Valor: Um dos principais custos operacionais é a energia, cujos preços têm subido. Esse é um motivo de preocupação? O setor analisa a nova regulação do setor de gás natural?

Alvarenga: A energia cara é um problema da indústria brasileira. Esse é um assunto que merece atenção nossa. Muitas empresas tiveram de produzir sua própria energia, como casos da Vale e da Votorantim, para não perder competitividade. Sobre gás natural, ainda não temos um estudo técnico sobre o tema.

Valor: É possível ainda construir uma cadeia produtiva de terras raras, da lavra até a produção industrial de alto valor agregado?

Alvarenga: O Brasil tem expoentes nesse segmento que mostram que poderíamos construir uma cadeia produtiva com alta tecnologia e valor agregados embutidos. Um exemplo está em Araxá (MG), onde a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) atua em parceria com o governo de Minas Gerais em um projeto de implementação de um laboratório-fábrica de ímãs de terras raras, com tecnologia de ponta. O Brasil tem uma das maiores reservas do mundo de terras raras, mas ainda não as explora, essa é uma riqueza que poderia ter grande impacto sobre a indústria.

Valor: Após o desastre de Mariana, a questão de sustentabilidade e o relacionamento com as comunidades ganharam um novo foco? O licenciamento ambiental pode se tornar mais criterioso e lento?

Alvarenga: O rompimento da barragem em Mariana foi um fato triste. A empresa responsável pela atividade na região respondeu às demandas para sanar o problema e já está pronta para operar e gerar emprego e renda. As mineradoras responderam ao acidente elevando ainda mais seus padrões de segurança e adotando

novos e mais modernos aplicativos de segurança e uso de barragens. Preservar o meio ambiente e beneficiar as comunidades vizinhas são pilares da atuação do setor. Há um risco de que o processo de licenciamento ambiental possa demorar mais por conta desse cenário. O processo já é burocrático e sem prazo para ser concluído, enquanto os investimentos têm de ter prazo e retorno definidos.

Fonte: Valor

Autores: Roberto Rockmann e Domingos Zapparoli

Data: 26/09/2017



BRAZILIANS TOIL FOR GOLD IN ILLEGAL AMAZON MINES

Informal mining in Brazil is seen by many as a scourge polluting the Amazon rainforest, poisoning indigenous tribes and robbing the nation of its wealth.

For others it is a way of life.

Brazilian garimpos, or wildcat mines, are operated by small crews of men, often caked in red-brown mud and working with rudimentary pans, shovels and sluice boxes that have been used for centuries.

More sophisticated operations use water cannons and boats sucking mud from the bottoms of rivers. Regardless of the method, searching for gold and other minerals like cassiterite and niobium is dirty, dangerous and often illegal.

"Looking for gold is like playing in a casino," said a 48-year-old miner.

Miners asked not to be named, saying they feared the police as much of their work is illegal.

He started in the wildcat mines as a teenager in the area around Crepurizao — a ramshackle frontier town of 5,000 with a dirt landing strip that is a gateway for informal mining in the region.

Garimpos are in the spotlight as Brazil debates opening an area known as Renca in the northern Amazon forest to mining, which has met with stiff resistance from environmentalists.

Mines and Energy Minister Fernando Coelho Filho argues that licensed mining will be an improvement over the estimated 1,000 people currently mining in the reserve illegally.

Crepurizao lies hundreds of miles south of Renca, but gives a window into life in the garimpos caught up in the debate.

Living in makeshift homes of wood and plastic, miners in the area ship some 60 kilograms (132 lbs) of gold per month, according to traders.

That much pure gold is worth millions of dollars on the global market, but high costs and layers of traders in the local market leave most miners living on the brink of poverty.

Basic staples can cost four or five times the price in the nearest city, an eight-hour bus ride away.

Fuel stations, a general store, a bar, an evangelical church and prostitutes vie for the income and attention of the miners, known as garimpeiros, when they aren't working or lazing in hammocks.

Most unlicensed

There are 2,113 licensed garimpo sites in Brazil, according to ministry data, but environmental experts and two government officials, who asked not to be named, said far more small-scale mines skip the licensing and ignore regulations altogether.

In Crepurizao, where mines often cluster close together, it was unclear which operations were licensed.

The total area worked by garimpeiros in Brazil is thought to be small. But chemicals like mercury, which miners in Crepurizao dump to separate gold from grit, can leave a large footprint of contamination.

In March last year, a government-backed study of indigenous villages in the northern state of Roraima revealed alarming levels of mercury.

One group of villagers had more than double the level of mercury considered to be a serious health risk – such as damage to the central nervous system, kidneys, heart and reproductive process – detected in their hair.

The Mining and Energy Ministry said a new oversight agency created in a decree by President Michel Temer, now pending congressional approval, would allow more effective government coordination and inspections to restrict illegal mining.

Congressman Leonardo Quintao, who sits on the committee considering the new agency, said it will be able to raise more funding for oversight. He said the regulations target licensed miners, while illegal mining remains a matter for the police.

Still, one Ibama enforcement officer, who was not authorized to speak to the media, said the government had left miners like those in Crepurizao in a precarious limbo.

"You can't just pull them out of the garimpos and the cities that are living off gold. And the government does not offer them structure and decent conditions," said the officer. "So they're stranded there without the minimum conditions for survival."

Fonte: Mining

Autor: Nacho Doce

Data: 14/09/2017



PAÍS QUER TER PARTICIPAÇÃO MAIOR NA EXPLORAÇÃO DE TERRAS RARAS

O Brasil possui 18% das reservas globais conhecidas de terras raras, a segunda maior do mundo, mas contribui com apenas 1% da produção global. José Luiz Amarante, diretor do departamento de transformação e tecnologia do Ministério das Minas e Energia (MME) diz que posicionar o país como um importante player global é uma das prioridades do ministério para os próximos anos.

Terras raras, ou metais de terras raras, são um grupo substâncias químicas formadas por 17 elementos de difícil extração, utilizados na indústria para diversos fins. Sua presença no mundo é abundante, mas o processo de extração, em muitos casos, pode ser tóxico e radioativo.

Amarante diz que o novo marco regulatório e a criação da agência nacional de mineração irão destravar dezenas de solicitações de pesquisa e exploração de terras raras que já foram apresentadas ao MME. Além disso, foi estabelecido um convênio com o governo do Canadá para pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Gizele Azimi, professora e pesquisadora da Universidade de Toronto, diz que a parceria poderá contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de processamento e que permitam a recuperação de elementos de terras raras em resíduos do processo de produção de minerais, como a lama vermelha resultante do processo de processamento da bauxita para a produção de alumínio e técnicas de extração de baterias de níquel e reciclagem de aparelhos elétricos.

Pesquisas com essas características já são alvo de estudos no laboratório de materiais estratégicos da Universidade de Toronto. "A demanda por terras raras cresce 5% ao ano e a projeção é que passará a crescer 25% ao ano até 2025. O mundo precisará de novas fontes de fornecimento do insumo", diz.

A estimativa é de um consumo mundial de 146 mil toneladas em 2015, para uma produção de 170 mil toneladas. Computadores, catalisadores, celulares, superímãs, carros híbridos e elétricos, turbinas eólicas e placas fotovoltaicas são alguns de seus principais usos.

A China dita as regras desse mercado, com 36% das reservas conhecidas, 85% do óxido de terras raras e 65% do consumo mundial. Mas a estimativa é de que cerca de 50% da produção chinesa provenham de mineração ilegal e agressiva ao ambiente. O governo chinês já anunciou que pretende estimular eliminar essa atividade.

A participação majoritária no mercado permite à China determinar os preços mundiais. Em 2010, o país asiático desestabilizou a oferta mundial determinando uma política de cotas para a exportação de óxido concentrado. Desde então a volatilidade dos preços internacionais se tornou grande.

A cotação de terras raras depende de suas características, que são determinadas pelo mineral de onde ela é extraída - cada um dos 200 minerais possíveis possui preços bastante distintos, podendo variar de US\$ 10 a quase US\$ 100 por quilo, com uma média de US\$ 45 por quilo.

Esse é o maior desafio para a viabilidade da produção da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). A mineradora de Araxá (MG) é o maior produtor mundial de nióbio. Clovis Antônio Souza, diretor da companhia, diz que apenas explorando o potencial resultante dos rejeitos do nióbio, rico em monazita, a CBMM poderia colocar no mercado 160 mil toneladas anuais de terras raras.

A companhia, porém, não tem projetos no momento com esse fim. O concentrado de terras raras oriundo da monazita tem baixo valor no mercado, US\$ 12. "É um valor inferior ao nosso custo de produção", diz. A Mineração Serra Verde está desenvolvendo um projeto em Minaçu, Goiás, com o objetivo de produzir 5 mil toneladas de óxidos de terras raras.

Fonte: Valor

Autor: Domingos Zapparoli

Data: 26/09/2017



EXCESSO DE OFERTA DEVE MANTER PREÇO DO MINÉRIO A US\$ 60

Demanda global terá capacidade para absorver apenas 60 milhões de toneladas anuais das 140 milhões que serão ofertadas até o fim da década.

Os novos projetos minerais em execução deverão abastecer o mundo com uma oferta extra de 140 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, pressionando ainda mais um mercado que já está com sobreoferta. Segundo Ed Rawle, economista chefe da consultoria Wood Mackenzie, o preço da tonelada deve recuar para a casa dos US\$ 60 e se manter nesse patamar até 2020.

Ele avalia que a demanda global terá capacidade para absorver parte disso: 60 milhões de toneladas anuais. A nova oferta levará à retirada do mercado de 80 milhões de toneladas, representando o encerramento da produção de mineradoras pouco competitivas internacionalmente.

A nova oferta também contribuirá para uma redução dos preços da commodity. No último mês, de acordo com o Índice Metal Bulletin, a média para minérios com 62% de teor de ferro entregues na China estava em US\$ 73 por tonelada. No cenário de Rawle, o preço da tonelada deve recuar para a casa dos US\$ 60 e se manter nesse patamar até 2020.

Segundo a World Steel Association (WSA), a capacidade global de produção de aço no mundo hoje é de 2,4 bilhões de toneladas por ano, total que excede o consumo em 736 milhões de toneladas e a previsão da expansão nas encomendas é de apenas 0,9% em 2018.

Rawle avalia que existem fatores que podem elevar o consumo global de aço nos próximos anos, mas de forma moderada. Os Estados Unidos e os países do Mercado Comum Europeu devem apresentar crescimento econômico, estimulando a demanda por produtos feitos de aço. Por outro lado, a nova geração, a milênio, os nascidos a partir dos anos 1990, possuem hábitos que valorizam o consumo compartilhado, o que reduz a necessidade de produção de bens.

A China, destino de mais de 50% da produção global de minério de ferro, também deve apresentar moderação em sua demanda por aço nos próximos anos. Segundo Rawle, existem sinais de estabilização no mercado imobiliário chinês, com a redução no ritmo de migração do campo para as grandes cidades, esgotamento dos grandes projetos de infraestrutura nas áreas de transporte, energia, água, óleo e gás e uma redução no ritmo de crescimento no consumo chinês de automóveis.

Sinais positivos de demanda ainda existem no segmento de imóveis comerciais e em projetos de infraestrutura do governo chinês em seus países vizinhos, a iniciativa denominada The Belt and Road, que prevê dotar países asiáticos e europeus de ferrovias, rodovias e portos para escoar a produção chinesa, mas que enfrenta uma resistência grande nos potenciais países parceiros. "O sucesso dessa iniciativa seria hoje o único fator que poderia elevar de forma significativa a demanda global de aço", diz.

Paul Robinson, diretor da consultoria CRU Group, também prevê uma redução nos preços internacionais do minério de ferro nos próximos meses, podendo recuar para US\$ 55 a tonelada em 2018, com uma recuperação nos anos seguintes para

um patamar acima de US\$ 60. Para Robinson, o mundo não precisa hoje de novos grandes projetos de minério de ferro, mas de investimentos em melhorias e em produtividade nas minas atuais.

O consultor avalia que, mesmo com a queda nas cotações internacionais nos próximos meses, os preços da commodity ainda garantirão uma boa rentabilidade para as mineradoras de alta performance ou que contam com bons ativos, ou seja, minérios com alto teor de ferro, acima de 50%, como é o característico na produção brasileira.

Segundo Robinson, nos últimos anos, as cinco maiores mineradoras globais reduziram seus custos de produção em mais de 30%, investindo em inovação, cortando gastos com fretes e adotando novas práticas trabalhistas. Hoje, essas mineradoras apresentam um custo de produção na casa de US\$ 30 a tonelada. "Para quem é eficiente, o minério de ferro continuará sendo um bom negócio", diz.

Clovis Torres, diretor executivo da Vale, diz que nos últimos anos a companhia tem se empenhado em reduzir custos e que o ganho de competitividade é o foco prioritário no momento. O custo da tonelada de minério de ferro da Vale entregue na China caiu de US\$ 43, em 2014, para US\$ 35, em 2016. A mineradora agora trabalha para reduzir a um patamar inferior a US\$ 30.

Algumas ações são consideradas fundamentais para esse objetivo. O primeiro é o aumento da escala produtiva. No final de 2016, a Vale iniciou a operação do complexo S11D em Canaã dos Carajás, no Pará. Até 2020, a nova mina deverá alcançar a marca de 90 milhões de toneladas anuais.

Em 2017, a projeção da Vale é embarcar, no total, 360 milhões de toneladas de minério de ferro, superando em pouco mais de 3% o volume do ano passado.

A companhia também tem realizado esforços em melhorias de seus processos e promove uma revisão dos planos de lavra. O objetivo é aumentar a vida útil das minas, postergando investimentos e reduzindo os custos de produção.

A Vale adotou uma nova estratégia comercial, com o aumento da base de clientes, comercializando diretamente com siderúrgicas de menor porte na China e na Índia.

A mineradora também quer reduzir os custos dos fretes marítimos para um patamar inferior a US\$ 14 por tonelada.

Fonte: Notícias de Mineração

Data; 26/09/2017



JUSTIÇA MANDA REPATRIAR A ESMERALDA GIGANTE DE US\$ 372 MILHÕES

Incrível pedra com mais de 360 quilos encontrada na Bahia, em 2001, foi levada ilegalmente para os EUA, onde está sob custódia do xerife de Los Angeles

A Advocacia-Geral da União informou que obteve decisão na Justiça Federal em Campinas que aproxima o Brasil de recuperar a estupenda "Esmeralda Bahia". Dois acusados de enviar ilegalmente a pedra avaliada em US\$ 372 milhões aos Estados Unidos foram condenados no âmbito de ação penal cuja sentença também declarou o perdimento da pedra em favor da União.

As informações foram divulgadas no site da AGU.

A incrível esmeralda foi encontrada na Bahia em 2001.

Com a decisão, a Justiça ordenou a expedição de mandado de busca e apreensão objetivando a repatriação do minério.

Nos autos da ação penal está registrado que várias avaliações do mineral foram realizadas, uma delas no valor de US\$ 372 milhões.

No entanto, de acordo com os advogados da União, a Esmeralda Bahia é um espécime mineral raro, sendo desconhecida a existência de peça com as suas características. Desta forma, a pedra tem valor científico e cultural inestimável, e uma vez devolvida ao Brasil deve ser destinada a museus, estabelecimentos de ensino ou outros fins científicos.

Para o cumprimento da determinação, a Procuradoria-Seccional da União em Campinas e o Departamento de Assuntos Internacionais da Procuradoria-Geral da União devem oficializar pedido por meio de acordo de cooperação firmado com o Departamento de Justiça dos EUA.

Para a AGU, a propriedade da “Esmeralda Bahia” é da União, nos termos dos artigos 20, inciso IX, e 176, parágrafo 1.º, da Constituição Federal.

A pedra preciosa foi levada do Brasil sem a devida autorização ou permissão.

Posteriormente, foi enviada aos EUA com a utilização de documentação falsificada, segundo AGU.

O mineral, portanto, não poderia ter sido vendido por garimpeiros e intermediários para compradores americanos, e muito menos ter sido enviado para o exterior.

“Duas pessoas envolvidas no esquema foram condenadas pelos crimes de receptação, contrabando e uso de documento falso, todos relacionados ao envio da “Esmeralda Bahia”, de forma ilegal, para os EUA”, assinala a Advocacia.

Segundo a denúncia, ‘os réus exportaram por meio de transporte aéreo, mediante declaração falsa de conteúdo, peso e valor, mercadoria proibida, consistente em bloco rochoso contendo esmeralda, extraído sem permissão de lavra garimpeira do Departamento Nacional de Produção Mineral’.

A Advocacia-Geral da União conseguiu ingressar na ação penal, na condição de assistente de acusação, na forma do artigo 268 do Código de Processo Penal, para requerer o bloqueio da “Esmeralda Bahia” e o reconhecimento da cooperação jurídica internacional com o Departamento de Justiça dos EUA visando o retorno da pedra ao Brasil.

No primeiro semestre de 2015, os pedidos foram deferidos e transmitidos ao Judiciário americano, que determinou a aplicação da ordem de restrição sobre a esmeralda naquele país.

Atualmente, a “Esmeralda Bahia” está sob a custódia da Polícia de Los Angeles, por força dessa ordem judicial.

Depois de retirada do Brasil, a posse da “Esmeralda Bahia” passou a ser reivindicada por cidadãos e empresas americanas em processo judicial na Califórnia.

A AGU, por intermédio do Departamento de Assuntos Internacionais da Procuradoria-Geral da União, contratou escritório americano para acompanhar a demanda pela propriedade do mineral nos EUA, assim como para garantir sua permanência sob a tutela do Brasil até a resolução da ação penal em curso na Justiça Federal de Campinas, que tramita em segredo de Justiça.

Com a nova decisão favorável à União, as autoridades americanas deverão se pronunciar sobre o pedido de cooperação jurídica internacional formulado pela AGU.

Fonte: Estadão

Autores: Luiz Vassallo e Julia Affonso

Data: 26/09/2017



HOLANDESES AVALIAM COMO POSITIVA PARTICIPAÇÃO NA EXPOSIBRAM

Missão holandesa esteve presente na 17ª edição da Exposibram, que aconteceu na semana passada em Belo Horizonte (MG), e se reuniu com executivos de empresas como mineradoras e siderúrgicas, além de apresentar portfólio de serviços para a Fundação Renova

A delegação de empresas holandesas que participou, na semana passada, da 17ª edição da Exposibram e do Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte (MG), avaliou como positiva a participação no evento. Com o objetivo de oferecer soluções conjuntas para a realidade brasileira nas áreas de gestão e uso da água na mineração, os holandeses se reuniram com executivos de empresas como Vale, ArcelorMittal e Usiminas, e também apresentaram o portfólio de serviços para a Fundação Renova.

A missão holandesa no evento foi composta de 10 empresas: Hencon, Alia Instruments, TEMA BV, IHC Mining, Damen, Royal HaskoningDHV, Wetlantec, Antea Group, Deltares e Arcadis, além da NHTV Breda University, universidade especializada em turismo.

O país, com um quarto do território abaixo do nível do mar, desenvolveu expertise na construção de diques e barragens, obtida a partir da necessidade de conter enchentes. Essa especialização, traduzida em mais de 1.500 empresas que atuam no setor de água, tem gerado participação holandesa em projetos em vários países.

Para a Exposibram, os temas que integraram o programa da missão incluíram sustentabilidade na mineração, recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de barragens, monitoramento e eficiência de recursos hídricos, água potável e tratamento de rejeitos líquidos. Além dos contatos diretos, representantes das empresas holandesas realizaram uma palestra técnica, na qual mostraram o que podem oferecer ao mercado brasileiro, como máquinas e tecnologias avançadas mais econômicas e sustentáveis.

Especialistas brasileiros admitiram terem sido surpreendidos pelo modelo de atuação das empresas holandesas, marcado pela preocupação em desenvolver soluções de baixo impacto ambiental e custo-benefício satisfatório. "A questão da sustentabilidade na mineração passou a ser um tema urgente no Brasil após o acidente de Mariana, e as empresas holandesas demonstraram que sempre atuaram com essa característica", disse Renato Ciminelli, assessor especial do Projeto Nova Mineração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Para Remon Daniel Boef, representante chefe do NBSO, escritório holandês de apoio aos negócios no Brasil, a participação holandesa foi avaliada como acima das expectativas. "A Exposibram, que é o principal evento do setor, ocorreu num momento em que a mineração no Brasil busca justamente o que as empresas holandesas têm a oferecer: propostas inovadoras de baixo impacto ambiental, seja por meio de máquinas ou projetos que atendem todo o ciclo de produção mineral, principalmente na interface com água", afirmou Boef.

O líder da missão, Dirk-Jan Koch, enviado especial para Recursos Naturais do governo holandês, participou de alguns desses encontros e ainda cumpriu uma extensa agenda paralela. Na terça-feira (19), Koch fez uma rápida viagem ao Rio, onde visitou o Brics-Centro de Estudos e Pesquisas e o Museu da Terra e ainda ministrou palestra na Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo tema "A mineração pode ajudar no desenvolvimento do Brasil? O que aprender e não aprender com a Holanda" refletiu a abordagem das empresas holandesas ao longo da missão: oferecer a expertise do país na busca de soluções tecnológicas e sustentáveis para a mineração do Brasil.

No dia seguinte, Koch foi a Ouro Preto (MG), onde se reuniu com especialistas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Na sequência, foi recepcionado na prefeitura de Mariana por autoridades locais e conheceu de perto os estragos causados pelo rompimento da barragem do Fundão, em 2015, num rápido passeio pela região devastada, incluindo o vilarejo de Bento Rodrigues.

Na quinta-feira (21), último dia da Exposibram, Koch encerrou a participação holandesa no evento participando de uma mesa-redonda com acadêmicos e especialistas sobre o papel da mineração na governança da água. O debate serviu como uma discussão preparatória para o 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em março de 2018 em Brasília, pela primeira vez sediado no Brasil.

"O fato de as empresas holandesas atuarem em forma de rede, por meio da plataforma Água & Mineração, da NWP, que contempla todas as demandas de um projeto de mineração, é um diferencial e chamou a atenção dos participantes da Exposibram", afirmou Koch. "Vale frisar que o modelo de atuação das empresas holandesas leva em conta não apenas as soluções técnicas de extração, mas o ecossistema como um todo, buscando atender as necessidades da comunidade do entorno onde a mineração está presente", declarou.

A vinda das empresas holandesas ao Brasil está sendo organizada pelo Netherlands Water Partnership (NWP) em parceria com a representação do governo da Holanda no Brasil, formada pela embaixada e consulados e o NBSO.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 27/09/2017



MINERAÇÃO E SOCIEDADE

Palestra do Presidente da ADIMB, Edson Ribeiro, "Mineração e Sociedade", na Audiência Pública no âmbito da Comissão Mista da Medida Provisória nº 790/2017, em 19/09/2017.

Disponível no site da ADIMB. Acesse [aqui](#).